

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação de janeiro ruma para desaceleração 2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

BPC acende alerta, e governo busca apertar regra 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Registradoras montam governança nos moldes do 'open finance' 5

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad se reúne hoje com o presidente do Senado para apresentar prioridades na área econômica 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Educação financeira deve começar já na primeira infância, dizem especialistas 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados batem recorde e recuperam mais de R\$ 14 bi da dívida ativa 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Oportunidade de nova transação tributária 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Aumentar a taxa Selic é provocar a dominância fiscal (Artigo) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Confiança em alimento mais barato 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Para onde parlamentares mandaram R\$ 45 bilhões em emendas em 2024 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar recua 7,7% desde pico de 2024 e pode aliviar inflação 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Diferente', política parafiscal de Lula 3 avança e preocupa 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cenário deve pesar ainda mais na inflação de 2025 35

Arrecadação de janeiro ruma para desaceleração

Guilherme Pimenta De Brasília

A arrecadação federal cresceu 4,1% em termos reais em janeiro, segundo dados levantados pela Warren Investimentos repassados ao Valor. As receitas administradas subiram 5,5%, enquanto as não administradas caíram 2,2%, de acordo com o levantamento da consultoria. Os dados oficiais serão divulgados pela **Receita Federal** ao fim deste mês.

Considerando também as despesas, o levantamento indica superávit primário de R\$ 89,3 bilhões em janeiro deste ano - o Tesouro também só divulgará os números oficiais ao fim do mês.

Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, avaliou que, apesar dos bons números, é cedo para fazer inferências para o ano, "pois se trata apenas de uma observação mensal".

A meta de resultado primário para este ano também é zero, assim como em 2024. Mas especialistas em contas públicas alertam que o cenário é mais incerto para as receitas quando comparado ao ano anterior, tendo em vista uma possível desaceleração do crescimento econômico, tanto pela alta dos juros quanto pelos impactos internacionais.

Além disso, há riscos de novas frustrações de receitas estimadas para este ano, como as do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que ultrapassam os R\$ 28 bilhões na peça orçamentária.

Apesar de ainda em alta, a arrecadação de janeiro, em relação ao dado oficial do mesmo mês de 2024, aponta para uma desaceleração, tendo em vista que, há um ano, o governo federal havia registrado uma alta real nas receitas de 6,6%. Mas à época o governo já havia sido impactado positivamente por uma parcela de arrecadação dos fundos fechados.

"Janeiro, pela nossa coleta, não foi extraordinário, mas manteve um bom padrão, sobretudo na ausência da tributação do estoque dos fundos fechados", disse Salto ao Valor. Os dados também mostram uma alta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que cresceram 8,1% e 6,7% em termos reais, indicando bom desempenho das empresas.

O ritmo da execução das despesas discricionárias, analisou a Warren Rena, corresponderam a uma fração de 3,6% do orçado, valor inferior a uma execução tradicional, de 1/12 (8,3%), ou 1/18 (5,6%), como já colocou em prática o governo federal, tendo em vista que o Orçamento deste ano ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Além de Felipe Salto, o levantamento foi realizado pelos economistas Josué Pellegrini e Gabriel Garrote.

Os economistas também chamam atenção para o crescimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que teve forte alta, de 14,8%, em comparação com janeiro de 2024, tanto pelo aumento do salário mínimo como pelo crescimento do número de beneficiários durante o último ano.

Conforme mostra o Valor na edição de hoje (ver pág. B2), o governo procura apertar ainda mais a concessão do benefício por meio da regulamentação que é trabalhada pelas pastas responsáveis.

"O grande desafio do governo, a meu ver, é promover um contingenciamento de RS 35 bilhões. De preferência, ajustar a proposta orçamentária o máximo possível, ainda na etapa de apreciação pelo Congresso", afirmou Salto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=1§ion=1>

BPC acende alerta, e governo busca apertar regra

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Fernando Exman De Brasília

O crescimento forte das despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) colocou o programa no centro das preocupações da área econômica. As concessões têm aumentado principalmente por causa de decisões da Justiça, o que torna imprevisível a evolução desse item do orçamento. É hoje o maior item de incerteza do governo pelo lado das despesas, admitem fontes.

Como forma de combater essa incerteza, está em discussão apertar os controles para o acesso ao benefício na regulamentação da lei. Essa foi a opção que restou, após o Congresso rejeitar, no fim do ano passado, a ideia de não pagar o benefício a pessoas que tenham deficiência leve e que não as incapacite para o trabalho. A medida integrou o pacote anunciado em novembro passado.

Na regulamentação, há espaço para apertar a necessidade da biometria para ter acesso aos valores, segundo informou uma fonte. Uma possibilidade seria exigir o mecanismo a cada saque. Mas seria preciso articular a mudança com o Judiciário, para evitar que a exigência seja dispensada por liminares, por exemplo.

"A biometria ficou previsto na legislação aprovada no final do ano. É uma linha coerente com a Nova Carteira de Identidade e permitirá mais eficiência no combate fraude e facilidade para o beneficiário, que poderá fazer prova de vida em sistemas como o celular, como já ocorre com a Previdência", comenta o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, ao Valor.

O BPC é um benefício igual a um salário mínimo por mês, pago a idosos carentes a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade, também carentes. A análise dos pedidos de concessão é feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em caso de indeferimento, é comum que a pessoa entre na Justiça. O Judiciário pode obrigar o governo a conceder o benefício.

Em 2024, por exemplo, o benefício cresceu, em termos reais, 14,9% comparado com 2023, totalizando R\$ 111 bilhões. O novo arcabouço permite que o conjunto de despesas do governo tenha um

crescimento real de 2,5% por ano, ou seja, o benefício cresce quase cinco vezes mais que o limite permitido pela legislação.

Mas, como o BPC é uma despesa obrigatória, não é possível restringir a concessão do benefício. Assim, o Executivo é obrigado a congelar outras despesas para não infringir o limite da lei para o crescimento dos gastos públicos.

Na avaliação de fontes do Executivo, apesar de o pacote fiscal aprovado ano passado impor mudanças nas regras para concessão do BPC, ajustes infralégais podem fechar ainda mais a torneira do benefício.

Os números consolidados do orçamento do ano passado indicam também que o Executivo subestimou despesas com o benefício. No Orçamento de 2024, a previsão era gastar R\$ 103,5 bilhões, mas o valor gasto, de fato, foi R\$ 111,1 bilhões, uma diferença de R\$ 7,6 bilhões.

O pacote fiscal aprovado pelo Congresso no fim do ano passado estabeleceu quatro mudanças para a concessão do BPC. Conforme mostrou o Valor recentemente, a que deve ter maior impacto para redução da concessão judicial, segundo os técnicos do governo, é a exigência do código de Classificação Internacional de Doenças (CID). Segundo técnicos, a Justiça tem o costume de conceder o benefício mesmo sem indicação de CID.

Na visão de integrantes do governo, a articulação com o Poder Judiciário deve ocorrer com o ministro Luís Roberto Barroso, que, além de presidir o Supremo Tribunal Federal (STF), é por consequência o comandante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a quem cabe tecer orientações a toda a Justiça.

"A regulamentação do BPC, pela via infralégala, é importante para que possa promover uma redução na quantidade de benefícios emitidos", avalia Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Rena.

Segundo ele, a trajetória recente das emissões "mostra um ponto de inflexão, desde meados de 2022, que é preocupante". "O programa, nesse ritmo, vai se transformar numa espécie de segundo Bolsa Família. É importante reverter essa trajetória para adequar o BPC à restrição orçamentária atual", avaliou.

Em 2024, benefício cresceu, em termos reais, 14,9% em relação a 2023, para R\$ 111 bi

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=1§ion=1)**

Registradoras montam governança nos moldes do 'open finance'

As registradoras de ativos reformularam a estrutura de governança de sua entidade representativa, a Associação para Interoperabilidade de Infraestruturas de Mercado Financeiro (APIIMF), para ampliar suas atribuições e o papel de interlocução com os reguladores. O formato, de acordo com os participantes, foi inspirado na governança do "open finance", que também está passando por um processo de profissionalização.

O plano é ainda no primeiro trimestre concluir a contratação de um executivo de mercado que assumirá a presidência-executiva da associação. Participam da APIIMF: B3, Nu-clea, CERC, CRDC, Tag IMF, La-qus, SPC Grafeno e Quick Soft.

"O mercado de registro é, em geral, novo. Com o crescimento e as mudanças que estão ocorrendo, é natural que esse processo de organização do setor comece a ocorrer", afirma André Daré, CEO da Nuclea, que recentemente assumiu o posto rotativo de presidente do conselho da associação.

A APIIMF nasceu oficialmente em 2020 com o objetivo inicial de viabilizar a implementação dos sistemas de interoperabilidade entre as registradoras. Lá atrás, o foco estava principalmente no sistema de registro de recebíveis de cartão, lançado em junho de 2021. O sistema teve uma entrada em vigor conturbada, mas, desde então, ganhou tração a partir de ajustes feitos pelo mercado e pelo Banco Central (BC).

"Estamos em um momento de aprendizado com as coisas que deram certo e com as que deram errado", diz Daré. "Agora a associação virou um espaço para se discutir o mercado realmente, fortalecer as discussões mais gerais." Com esse mesmo objetivo, a entidade se associou recentemente à Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

O processo de reestruturação da APIIMF começou em 2023 e, em novembro do ano passado, o estatuto foi atualizado. A associação conta com um conselho deliberativo, no qual cada empresa associada tem uma cadeira e um voto. Além disso, há três grandes grupos que organizam as atividades de acordo com as demandas de cada órgão regulador-Banco Central (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Superintendência de Seguros Privados (Susep) - e fóruns para temas específicos. O presidente-executivo,

a ser contratado, cuidará do dia a dia dos trabalhos.

"Essa evolução da governança está muito alinhada ao que o BC vem pedindo, com as mudanças regulatórias", diz Ivan Lopes, CEO da CRDC que ocupava o cargo de presidente do conselho antes de Daré. "Criamos uma governança inspirada no que o BC estabeleceu para o open finance."

Entre os principais temas de interesse da associação, está o projeto de lei 2.926, que trata da regulamentação das operações das infraestruturas do mercado financeiro. O texto já foi aprovado pela Câmara e enviado ao Senado. "Achamos o que o projeto fortalece bastante o mercado e deixa claro que o BC tem autonomia para regular as operações", diz Daré.

O setor está focado também na implementação das duplicatas escriturais, instrumento que dará lugar a atual duplicata mercantil e visa dar mais segurança à oferta de crédito com garantia desse título. O BC aprovou em dezembro a convenção da duplicata escriturai e, agora, as registradoras interessadas em operar no mercado devem construir os manuais técnicos que detalharão o funcionamento das operações.

Além disso, há outros assuntos de interesse, como a implementação do "split payment" - uma das novidades da **reforma tributária** do consumo, que permitirá o recolhimento dos novos **tributos** no momento da liquidação financeira da transação - e a consulta pública sobre as tarifas cobradas pelas registradoras na interoperabilidade do sistema de cartões, publicada em dezembro pelo BC. (MR)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=2§ion=4>

Haddad se reúne hoje com o presidente do Senado para apresentar prioridades na área econômica

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , e o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil) se reúnem nesta terça-feira, na Residência Oficial da Casa, às 14h.

A pauta econômica do governo para 2025 deverá ser um dos temas centrais do encontro. Algumas das prioridades do governo para este ano são: o término da regulamentação da **Reforma Tributária**, regulamentação das big techs e ampliação da faixa de isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil.

O adiamento da votação do Orçamento de 2025 para março tem freado o avanço de outras propostas econômicas do Executivo. Com isso, o ministro da Fazenda trabalha para evitar que a pauta econômica seja enfraquecida pelo Congresso.

Na semana passada, ele se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), para discutir o andamento de projetos estratégicos para a economia. Durante o encontro, apresentou 25 iniciativas, das quais 15 ainda aguardam aprovação do Legislativo.

Também deve ser discutida a questão dos vetos ao Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag) que os governadores de estados endividados querem derrubar. Eles defendem a utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para reduzir a dívida estadual e buscam isentar Estados em calamidade pública, como o Rio Grande do Sul, do cumprimento do teto de gastos enquanto perdurar a crise.

Governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm pressionado Alcolumbre e Motta para que o tema seja pautado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/11/haddad-se-reune-hoje-com-o-presidente-do-senado-para-apresentar-prioridades-na-area-economica.ghtml>

Educação financeira deve começar já na primeira infância, dizem especialistas

Com a volta às aulas, um tema ganha destaque entre pais e educadores: a importância de ensinar educação financeira desde a infância. Especialistas ouvidos pelo E-Investidor afirmam que o aprendizado sobre dinheiro pode começar já aos três ou quatro anos, de forma lúdica e prática, e evoluir conforme a criança cresce.

A avaliação é de que ensinar conceitos como diferenciação entre necessidades e desejos, planejamento financeiro e até investimentos desde cedo pode formar adultos mais conscientes, que evitam endividamentos desnecessários e valorizam o hábito de poupar.

Além disso, o uso de estratégias como mesada educativa, até mesmo jogos de tabuleiro e simulações de compra e venda tornam o aprendizado mais envolvente e eficaz. "O ideal é que a formação seja gradual e prática, com conceitos básicos no início, e mais avançados conforme a criança cresce", diz Mariana Conegero, especialista em investimentos e sócia da The Hill Capital.

Segundo ela, até os 6 anos de idade é importante ensinar a diferença entre necessidades e desejos, estimular a poupança com cofrinhos e usar brincadeiras como lojinhas para simular transações.

Rodrigo Cohen, analista de investimentos e co-fundador da Escola de Investimento, ressalta que crianças nessa faixa de idade estão na chamada gênese mental, período em que são construídas todas as características de comportamento, ética e moral da pessoa. "A partir do momento em que a pessoa consegue entender que, quanto mais juntar, mais ela vai ter, isso vai ajudar na consciência sobre o que é poupar", defende o analista.

A partir dos 7 anos, indica Mariana, a mesada começa a ajudar no planejamento, com divisão entre gastar, poupar e doar, além de ensinar a comparar preços. Aos 11 anos, já é possível introduzir o conceito de orçamento, com registros de gastos e noções bancárias.

Aos 15 anos, entra a fase do cartão de crédito, **impostos** e investimentos. Mariana diz que nessa etapa também é válido incentivar a busca por uma renda própria, manter reserva de emergência e pensar em planejamento financeiro de longo prazo. "Uma boa

educação financeira na infância impacta diretamente o comportamento financeiro na vida adulta, ajudando a desenvolver hábitos saudáveis, evitando problemas como endividamento excessivo", diz a especialista.

Ainda na infância, é possível usar ferramentas lúdicas para tornar o processo de educação financeira mais envolvente. Um cofrinho tradicional pode ser substituído por potes ou envelopes com objetivos diferentes: um para gastar, outro para poupar e um terceiro, por exemplo, para fazer doações. Jogos como Banco Imobiliário e Jogo da Vida também são úteis para ensinar conceitos ligados ao mundo das finanças.

Vender doces ou outra atividade lúdica para ganhar dinheiro também estimula o empreendedorismo e a responsabilidade. "O segredo é fazer com que o aprendizado seja leve, divertido e prático, para que a criança absorva os conceitos naturalmente", diz Mariana.

APLICATIVOS. Andressa Berga-mo, planejadora financeira e sócia-fundadora da AVG Capital, lembra do jogo "Cashflow for Kids", que pode ser usado para ensinar sobre um conceito mais avançado de fluxo de caixa. Ela cita também aplicativos voltados para a educação financeira infantil, como o PiggyBot, por meio do qual a criança pode aprender sobre poupança, planejamento e divisão do dinheiro de forma divertida. "Esses apps podem ser usados para visualizar metas financeiras de forma clara e até simular situações de compras", diz.

Até mesmo uma ida ao supermercado pode ser uma oportunidade para ensinar aos filhos como lidar com o dinheiro de forma divertida. "Dar um valor fixo para a criança escolher o que comprar ajuda a desenvolver noções de prioridade e limite financeiro", comenta Ângelo Belitardo Neto, da Hike Capital. Vincular a mesada ao desempenho escolar ou à leitura de livros também pode incentivar o aprendizado e a responsabilidade.

"Também é interessante estimular o uso do dinheiro para pagar pequenas despesas pessoais, como uma aula de futebol", diz o especialista. Segundo ele, isso pode fazer com que a criança compreenda o valor do próprio esforço e a importância de administrar bem seus recursos.

Para Andressa, da AVG Capital, a educação financeira bem estruturada ajuda a criar um senso de controle sobre a vida financeira, promovendo uma sensação de segurança e autoestima ao dar o controle sobre o dinheiro. "Desde cedo, quem tem uma educação financeira sólida aprende não só a economizar, mas também a investir com prudência e a tomar decisões mais alinhadas com seus objetivos de longo prazo", argumenta.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados batem recorde e recuperam mais de R\$ 14 bi da dívida ativa

Assim como a União, oito Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Goiás e Rondônia - bateram recorde na arrecadação da dívida ativa em 2024. Somados, os valores ultrapassam R\$ 14 bilhões, de acordo com um levantamento feito pelo Valor e pelo Colégio Nacional de Procu-radores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg).

As procuradorias estaduais têm apostado na modernização e em novos métodos de cobrança do crédito, com o uso, principalmente, de transações tributárias. Além de buscar a consensualidade por meio desses acordos, os Estados têm preferido os protestos no cartório em vez das execuções fiscais no Judiciário, pelo maior grau de recupe-rabilidade. Investimentos em inteligência artificial e automação na gestão de processos, além do ca-clastramento de devedores também justificam o crescimento.

Em São Paulo, foram arrecadados R\$ 6,49 bilhões no ano passado, uma alta de 47% em relação a 2023 e 71% em relação a 2022. Quase 40% desse valor vieram dos três editais do Acordo Paulista, programa de transação tributária que regularizou primeiro débitos gerais de 1CMS, depois de IPVA e custas judiciais e um terceiro de ICMS para empresas em recuperação judicial e falidas.

Foram negociados R\$ 54,7 bilhões nos três acordos, sendo que R\$ 2,5 bilhões entraram no caixa do governo em 2024 e R\$ 3,5 bilhões estão previstos para 2025. No edital encerrado dia 31 de janeiro, 528 empresas em processo de reestruturação e insolvência negociaram, ao todo, R\$ 7,5 bilhões, segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

O próximo edital será lançado ainda neste semestre para negociar multas devidas à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), diz a procurado-ral do Estado de São Paulo, Inês Coimbra, presidente do Conpeg, em entrevista ao Valor. São R\$ 4,5 bilhões de débitos dessa natureza inscritos na dívida ativa, que ainda tem um estoque relevante de R\$ R\$ 427 bilhões, dos quais R\$ 109 bilhões - o equivalente a cerca de 25% - são considerados recuperáveis.

Outra parte do valor recuperado em 2024 veio das transações tributárias individuais, acordos

personalizados para cada contribuinte. Somaram R\$ 668 milhões, de 283 negociações. A outra metade veio de cobranças via protestos ou execuções fiscais.

Segundo Inês, a PGE-SP passou a fazer uma cobrança mais estratégica da dívida pública, um projeto que começou com a edição da Lei nº 17.843, em novembro de 2023, que possibilitou as transações tributárias no Estado. No ano passado, vieram os editais, que tiveram a adesão de mais de 36 mil pessoas e empresas.

"Foi uma grande estreia", diz. "A expectativa é que a gente todo ano tenha entrada dos parcelamentos e como os acordos foram bastante interessantes, imaginamos ter um baixo número de descumprimento", acrescenta.

A maioria dos parcelamentos é de até 60 meses, pois dispensa a apresentação de garantia, explica. O próximo chamamento público será o de dívidas do Procon por haver mais procura no momento. "Nos apresentamos como um interlocutor que quer fazer acordos e transacionar, então os contribuintes têm dado idéias e sugestões, apresentando demandas", afirma Inês, citando que foi a partir de um pedido dos contribuintes que se permitiu o uso de precatórios nos acordos, limitados a 75% do valor da parcela.

A ideia é manter um ritmo de ao menos dois editais por ano e a arrecadação no mesmo patamar em 2025. Outra novidade que virá neste ano é a criação de um piso para ajuizamento de execução fiscal por tributo. Hoje, ele é geral, no valor de R\$ 42 mil.

Segundo a procuradora, é uma das medidas de modernização da dívida ativa, no âmbito do programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de extinção das execuções de baixo valor, até R\$ 10 mil, no qual São Paulo arquivou 142 mil ações. Foi criado um núcleo na PGE para adotar outras iniciativas para aumentar a efetividade.

"Temos feito esse processo de triagem, para marcar as ações por tempo do crédito ou inatividade da empresa, porque independentemente do valor, o crédito é mais recuperável se a empresa ainda está ativa", afirma. "Para a gente, quanto mais saneado o Judiciário, melhor para todo mundo que usa", adiciona.

No caso de Minas Gerais, o valor recuperado entre janeiro e dezembro de 2024 correspondeu a R\$ 1,48 bilhão. Foi uma alta de 63,5% ante 2023 e mais que o dobro da média histórica, de R\$ 664 milhões, segundo a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas).

O presidente da Apeminas, o procurador Ivan Ludovice Cunha, diz que o órgão passou a aplicar teses jurídicas mais modernas, usar programas de inteligência artificial para buscar de ativos de devedores e otimizar a gestão processual. Também fez diferença a atuação em conjunto com procuradorias dos municípios e de outros Estados, através do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira).

A tendência é que 2025 também seja positivo, pois em janeiro foi sancionada a Lei nº 25.144, que regulamenta as transações tributárias no Estado. "Com a lei aprovada, a tendência é conseguirmos mais arrecadação e segurança jurídica. A ideia é sempre usar a consensualidade para recuperar ativos com um menor custo e mais eficácia", afirma.

O trabalho em Minas consistiu em focar nos créditos com mais chance de recuperação. "Na dívida ativa, há muitos créditos podres, então trabalhamos em concentrar os esforços no que é realmente recuperável e relevante."

Segundo Cunha, o valor recuperado será destinado para incrementar políticas públicas, trazendo investimentos para educação, saúde e segurança. Ainda ajudará a pagar a dívida de Minas Gerais com a União, problema enfrentado pelo Estado desde 1998. Em janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o plano de recuperação fiscal do Estado, que tem dívida estimada em R\$ 165 bilhões (Pet 12074).

Santa Catarina foi o Estado com o maior aumento da arrecadação da dívida ativa em 2024 - foi o dobro do recuperado em 2023. A principal razão para o recorde se deve ao Recupera Mais, programa de regularização tributária que deu descontos em multa e juros além de possibilitar o parcelamento de débitos de ICMS. A PGE-SC ainda passou a usar, desde junho, ferramentas de automação para cobrança de dívidas por meio de protestos.

No caso do Paraná, o crescimento da arrecadação foi de 30% em 2024 em relação a 2023. Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-PR), é resultado de um trabalho "estratégico" entre a PGE-PR e a Sefaz-PR no combate a

"A ideia é sempre usara consensualidade para

recuperar ativos" Ivan L. Cunha granbles sonegadores de **tributos**, bem como o êxito do programa de parcelamento de dívidas estabelecido pela Lei nº 21.860/2023.

Em Goiás, onde houve a segunda maior arrecadação, o recorde foi impulsionado pelo Negocie Já, programa de renegociação de créditos tributários da Secretaria de Economia com adesão de mais de 193 mil contribuintes. Viabilizou a negociação de R\$ 4,95 bilhões em **tributos**, sendo R\$ 1,58 bilhão quitado à vista.

Na Paraíba, assim como em Goiás, não houve uso de transação tributária, pois ainda não há uma lei que regulamente o procedimento. De acordo com a PGE-PB, houve mais investimento em sistema de acompanhamento processual e gestão da dívida ativa, com foco no encaminhamento de protestos.

Assim como Minas Gerais, o Estado tem apostado na atuação conjunta com outras procuradorias por meio do Cira e do Grupo Operacional de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (GAESF). "O valor recorde na recuperação da dívida ativa tem o efeito de combater a impunidade, alcançar o equilíbrio tributário dentro de uma regular atividade concorrencial de mercado e assegurar recursos para realização das políticas públicas e o atendimento das necessidades da coletividade paraibana", informou o órgão, por nota.

Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso disseram que não houve recorde na arrecadação em 2024. Não foi possível contato com as procuradorias de Roraima e Acre. Os demais Estados não deram retorno até o fechamento desta edição.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=2§ion=4>

Oportunidade de nova transação tributária

A transação Tributária federal entra em uma nova e relevante etapa focada na cobrança de créditos judicializados de alto impacto econômico no contexto do Programa de Transação Integral (PTI). Inaugurando parâmetros até então existentes - que levavam em consideração uma tese específica ou a capacidade de pagamento do contribuinte -, essa transação é baseada no Potencial Razoável de Recuperação do Crédito Judicializado (PRJ) e considerará o custo de oportunidade a partir do grau de indeterminação do resultado e tempo das ações judiciais.

Ou seja, contribuintes com grandes disputas e independentemente de sua capacidade econômico-financeira poderão submeter proposta de transação para liquidar suas dívidas demonstrando o referido custo de oportunidade. Mas o governo federal quer começar a olhar para esses grandes casos aos poucos e, portanto, está delimitando sua oferta.

Esse primeiro recorte consta de portaria inaugural que esteve sob consulta pública até 31 de janeiro e abrangerá propostas apresentadas à Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional (PGFN) entre 3 de março e 30 de abril. Seu foco são dívidas inscritas de cifras maiores que R\$ 100 milhões, objeto de ação antinacionalismo e garantidas ou suspensas por decisão judicial.

O debate de cada pedido do contribuinte à PGFN será centrado na avaliação combinada de cinco critérios: grau de indeterminação do resultado das ações judiciais, temporalidade da discussão, tempo de suspensão de exigibilidade por decisão judicial, perspectiva de êxito das estratégias judiciais, e custo da demanda e da cobrança administrativa e judicial; sendo que a leitura da portaria indica a atribuição de maior ênfase ao primeiro critério, que é a indeterminação do resultado e respectiva prognose das ações judiciais.

Esse programa tem o potencial de atrair descontos de até 65% do total da dívida (preservado o principal), parcelamento igual ou escalonado em até dez anos, uso precatório e direitos creditórios líquidos e certos, bem como substituição de liberação de garantias, mas ainda falta clareza em como esses fatores combinados resultarão em benefícios isonômicos aos contribuintes na mesma situação. Essa preocupação me fez sugerir à PGFN a inclusão de alguns balizadores dentro de cada um desses cinco quesitos. Por exemplo, no quesito tempo de validade, segregar-se faixas de tempo

de curso da ação, conforme mais longo, maiores os descontos.

Essa oportunidade do PTI, assim como a regra da transação, entretanto, segue não sendo atraente para casos que contam com depósitos judiciais, o que é um desestímulo que precisa ser endereçado pelo governo no contexto da transação. Essa é uma das considerações que submeti à PGFN em resposta à consulta pública, além de ter endereçado a percepção de que não haveria necessidade de uma portaria que trouxesse limitadores outros além do valor e do respeito aos balizadores legais e infralegais. Por isso, sugeri a supressão dos requisitos de que a dívida estivesse inscrita, judicializada com suspensão ou garantida e a fixação de marco temporal inicial e final. Penso que a transação dessa natureza deveria remanescer aberta de forma perene, tal qual a possibilidade de transação individual, e não ser faseada.

Por outro lado, seria benéfico nela se trazer (i) parâmetros mais objetivos do que seria o "custo de oportunidade" tratado no artigo 3º, da Portaria nº 1.383/24 para fins de aferição do PRJ e, conseqüentemente, da dosimetria dos benefícios; (ii) esclarecimentos de artigos que tal como postos na minuta original dão margem para dúvidas, tal como a forma de apresentação da prognose da discussão judicial e se o patamar de R\$ 100 milhões diz respeito a cada inscrição ou ao processo; (iii) diretrizes também para redução dos honorários da ação que se busca encerrar com a transação, o que costuma ser bastante oneroso ao contribuinte sobretudo ao desistir de ações de grande monta, como é o caso, e não pode ser ignorado como fator que também contribui para a decisão de se propor ou não esse tipo de transação; (iv) a necessidade de motivação do indeferimento do pedido de transação apresentado pelo contribuinte e da contraproposta fazendária; (v) a possibilidade de recurso contra referido indeferimento; (vi) e a possibilidade de uso de prejuízo fiscal e base negativa, a ser avaliada na hipótese de contribuintes com baixa capacidade de pagamento ou, alternativamente, pensar-se na revogação dessa condição prevista no artigo 36,1, da Portaria PGFN nº 6.757, alinhando a postura de PGFN e **Receita Federal** quanto à aceitação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL na prática. Finalmente, uma questão que venho chamando atenção nos acordos de transação é a exigência, a meu ver ilegal, da qualificação de sócios, controladores, administradores, gestores, e empresas que integram o mesmo grupo econômico, forçando a

assunção de uma responsabilidade sobre a dívida que só poderia se dar se reconhecida previamente em definitivo pelos meios adequados e nos termos da lei, de modo que sugeri que essa exigência fosse suprimida ou, ao menos, condicionada a apenas essas situações.

Enfim, trata-se de mais um salutar instrumento estratégico de atuação da PGFN para abreviar e reduzir litígios, bem como ampliar a arrecadação no tempo. Observamos que esse exercício estratégico se intensificou desde 2015 com iniciativas como o Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos (RDCC) e vem se demonstrando muito bem-sucedido e um modelo para outros entes.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=2§ion=4)**

Aumentar a taxa Selic é provocar a dominância fiscal (Artigo)

ODILON GUEDES

Os argumentos para as constantes elevações da taxa básica de juros (Selic) por parte do Banco Central perdem consistência quando fazemos uma análise mais profunda das consequências das decisões do Copom nos fundamentos econômicos. Hoje, temos um juro de 13,25% ao ano no Brasil, a segunda maior taxa do mundo, abaixo somente da Argentina.

Mas esse patamar é realmente necessário?

Não, não é!

Na última ata, o Copom destaca que o cenário de **inflação** de curto prazo segue adverso. E cita os preços de alimentos, que se elevaram de forma significativa por conta da estiagem; os bens industrializados, por conta do câmbio e a inércia da **inflação** de serviços. Segundo o Copom, a análise de curto prazo, que, em se concretizando as projeções do cenário de referência, a **inflação** acumulada em 12 meses permanecerá acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta nos próximos seis meses consecutivos.

O primeiro argumento se desfaz rapidamente.

Não é a taxa de juros que vai resolver a estiagem e baratear o preço dos alimentos. Neste caso, não há o que fazer em termos de política monetária.

É como tomar um remédio com efeitos colaterais que não vai combater a doença principal. Aliás, os preços dos produtos agropecuários estão caindo, conforme dados do IGP-M de 30/1 e o dólar está voltando ao seu novo normal abaixo dos R\$6,00.

A projeção para o IPCA de 2025, segundo o relatório Focus, é de 5,5% ao ano, o que significa um ponto percentual acima da meta, de 4,5% ao ano. Mas sabe-se que as projeções nem sempre se concretizam. Aliás, o mercado errou 95% das previsões sobre economia e Bolsa desde 2021.

Fato concreto é que o IPCA "estourou" o teto e encerrou 2024 em 4,83% ao ano. Mas o "estouro" de 0,33 p.p., quando colocado em números claros, se torna pífio. O 0,33 p.p., na média do conjunto de preços, significa um valor de R\$ 4,69 em relação ao

salário-mínimo de 2024 (R\$ 1.412,00).

Para enfrentar essa insignificante perda de poder de compra, o Banco Central já aumentou a Selic em dois pontos percentuais e culpa a irresponsabilidade fiscal do governo. Ironia à parte, o próprio Bacen, com essa postura, está aprofundando o deficit fiscal do governo, e isso não é difícil de perceber.

O principal gasto orçamentário do governo federal no ano passado foi com os juros dessa dívida, cerca de R\$ 950,4 bilhões, ou 8,05% do **PIB**.

Com o aumento previsto da Selic em 3 p.p (dois pontos nas últimas reuniões e um previsto para a próxima), os gastos com os juros da dívida pública aumentarão mais R\$ 150 bilhões e, em 2025, ficará acima de R\$ 1 trilhão. Algo inacreditável. Em termos comparativos, o Programa Bolsa Família, que deve atender 20,9 milhões de famílias neste ano, deverá despende cerca de R\$ 166,3 bilhões.

Pagar R\$ 1 trilhão de juros piora a situação fiscal, abala a confiança do investidor e pressiona para novos aumentos de juros, um efeito bola de neve.

Do lado da economia real, o efeito da taxa de juros é ainda mais nocivo. O acréscimo da Selic além de desestimular os investimentos nas mais diversas áreas, pode levar à contração do setor industrial que propicia grande quantidade de empregos, desenvolve tecnologia e paga os melhores salários do país. No longo prazo, o resultado é mais um empurrão na desindustrialização e para o aumento do custo da produção, que acaba sendo repassado aos preços. O resultado? **Inflação** futura. Tendências similares vemos no comércio e serviços.

Vivemos atualmente o velho dilema entre o remédio e o veneno. A Selic atual deixou de ser antídoto há alguns meses para se tornar mais nociva à economia brasileira. Além do impacto dos juros que ampliam o deficit nominal de forma muito mais intensa que qualquer política social de transferência de renda do governo, temos o fato de que a contração da economia provocada pela Selic alta reduz a arrecadação do governo. Por último, a redução da competitividade dos diversos setores, pelo desestímulo ao investimento diante dos juros altos, prejudica nossa posição no mercado internacional e

eleva a inflação futura.

ODILON GUEDES

Economista, mestre em economia PUC/SP, professor universitário e presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6970/11-02-2025.html?all=1>

Confiança em alimento mais barato

» **IAGO MAC CORD***

» Entrevista | PAULO TEIXEIRA | MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Em meio à alta no preço dos alimentos, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, afirmou que a queda do dólar e uma safra recorde ajudarão na redução dos valores de produtos. Ele também enfatizou que o Brasil vai bem na economia. "Mas tem questões a serem resolvidas. Uma delas é o tema dos alimentos", disse, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília:

O que o governo pode fazer em relação ao preço dos alimentos?

Tivemos um aumento do dólar pela expectativa de Trump ganhar as eleições. Das eleições até a vitória dele, o dólar estava a R\$ 5,70 e foi a R\$ 6,30. Então os produtos que estão baseados no dólar, que são as carnes, o açúcar, o café, a laranja, os derivados de soja, todos esses aumentaram. Agora, como o dólar saiu de R\$ 6,30 e voltou, já está em R\$ 5,79, a nossa expectativa é de que esses produtos baixem de preço. Não houve inflação em produtos in natura.

Também teremos uma safra agrícola recorde. Estamos focando os créditos para a cesta básica. O Pronaf já foi assim e, em diálogo no governo, se estuda de o Pronamp também ser. E também o chamado ciclo do boi, quando você tem um excesso de abates, acabou. Então todas essas notícias ensaiam um horizonte de diminuição do preço dos alimentos.

O presidente Lula está com a popularidade abaixo do que era esperado. Como resolver isso?

O governo vai bem. Por exemplo: temos o menor índice de desemprego da série histórica do Brasil, a maior oferta de emprego, a maior distribuição de renda. Era previsto um crescimento de 0,9%, e foi de 3,3% - e um crescimento sadio. O Brasil vai bem na economia, mas tem questões para serem resolvidas. Uma delas é o tema dos alimentos. Esse é um tema que precisa acertar. E acertado, ele vai ajudar muito na popularidade.

Mas o presidente Lula tem uma alta popularidade, não é baixa.

Mas o governo tem que fazer o seu dever de casa para ajudar a baixar o preço dos alimentos.

Está fazendo. O dólar baixou.

Veja, a laranja mesmo, que foi o tema, é um produto de exportação.

O dólar a R\$ 6,30, a laranja vai ser vendida aqui no Brasil a R\$ 1, cada, como aconteceu. Agora, com o dólar baixando, certamente você terá uma diminuição no preço desses alimentos. Quando o dólar subiu, vira aquele negócio, "o Lula é o responsável porque o dólar subiu". Aí, o dólar baixou, ninguém fala que ele ajudou a baixar. Ele ajudou a baixar, e o Fernando Haddad ajudou.

E presidente do Banco Central, o Galípolo, também.

O senhor considera que a gestão do presidente Trump afeta o agro aqui no Brasil?

O agro, não. Vamos ter um problema maior da economia. Mas o agro, não, porque onde é que eles vão substituir os produtos, a soja, o milho, o algodão? Onde os Estados Unidos vão comprar? Eles já estão estabelecendo taxas para outros países.

Assim, eu acho que o agro não perde. Agora, ele começou a mexer com alguns produtos que a gente tem de olhar com cuidado. Trump é aquele aluno do fundão, sabe? Que fica jogando papel na cabeça dos outros, atrapalhando a aula. A cada dia, ele cria problemas com um país.

As declarações do presidente da Câmara, Hugo Motta, sobre o 8 de Janeiro, pegaram o governo de surpresa?

Eu fiquei surpreso, porque eu achei que ele já tinha entendido que essa anistia não ia dar certo.

Não sei se ele está jogando para a torcida, porque acho que não passa no Parlamento. Eu acho um erro ele se envolver com isso. E eu pensava que era esse compromisso de campanha dele de não deixar tramitar esse pedido.

A tendência, pelas declarações de Hugo Motta, é de que esse assunto acabe entrando em pauta. Hugo Motta é uma liderança jovem, que pode ter um futuro brilhante. Ele pode ser um futuro governador da Paraíba, em algum momento, senador da República.

Agora, se ele começar a ir por aí, ele vai comprometer a sua própria trajetória política.

Como assim?

Primeiro, que ele é nordestino.

E a Paraíba é um estado lulista.

Então, se ele quiser começar dando anistia para criminosos, acho que vai ter problema, não só com o seu próprio eleitorado, ele vai ter problema dentro do Congresso e com as classes médias brasileiras que se pautam pela legalidade.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6970/11-02-2025.html?all=1>

Para onde parlamentares mandaram R\$ 45 bilhões em emendas em 2024

ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA

Ao longo do ano passado, o Congresso Nacional destinou R\$ 44,9 bilhões em emendas parlamentares. Foi o maior valor nominal da história da Nova República. A soma vultosa deu mais poder aos congressistas na relação com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), contribuiu para uma vitória expressiva dos partidos do Centrão nas eleições municipais de 2024 e acabou atraindo o olhar do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Corte cobra, desde agosto do ano passado, medidas de transparência para dar fim a práticas que embasam o chamado orçamento secreto - mecanismo iniciado no governo de Jair Bolsonaro (PL) e mantido no terceiro mandato de Lula -, exigindo a divulgação de informações sobre os repasses de recursos federais por indicação de parlamentares, incluindo os "padrinhos" das transferências de dinheiro.

Em 2025, o valor das emendas parlamentares deve ser maior: R\$ 50,5 bilhões para deputados e senadores - o montante exato só será conhecido quando o Orçamento deste ano for aprovado pelo Congresso, o que deve ocorrer somente depois do carnaval, se houver um acordo sobre o desbloqueio das emendas.

No ano passado, o ministro Flávio Dino, do Supremo, suspendeu o pagamento das emendas de comissão e determinou à Polícia Federal que abrisse um inquérito para apurar eventuais ilegalidades na destinação de R\$ 4,2 bilhões.

As emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados pelos congressistas a seus redutos eleitorais. Atualmente, há, no Supremo, pelo menos 15 investigações concluídas pela PF sobre desvios envolvendo a distribuição de valores.

**

1. 2024 foi o ano com mais emendas?

O montante destinado às emendas parlamentares cresce de forma quase contínua desde 2015, ainda no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), quando o Congresso aprovou a emenda constitucional do

chamado orçamento impositivo. Em 2024, o valor nominal (isto é, sem correção pela **inflação**) foi o maior da história, com quase R\$ 45 bilhões empenhados.

Quando os anos anteriores são corrigidos pela **inflação**, o título vai para 2020, com pouco mais de R\$ 45,5 bilhões

2. Quais áreas receberam mais?

A área da saúde é a que mais recebeu recursos, com R\$ 24,7 bilhões (em seguida vêm as emendas Pix e ações de urbanismo). O saneamento foi a área menos atendida, com meros R\$ 400 mil. Há uma razão para isto: ao tornar obrigatório o pagamento das emendas individuais, ainda em 2015, o orçamento impositivo determinou que metade do valor precisa ir para a saúde

3. Os tipos de emendas mais comuns

A área da saúde pode receber recursos de custeio (ou seja, para manter as atividades do dia a dia) por meio de ações orçamentárias que dispensam a apresentação de projetos ou a celebração de convênios. Os recursos são liberados rapidamente, dentro de poucos dias, ao contrário do que ocorre com outras rubricas. Estas duas ações de custeio da saúde e as transferências especiais (as emendas Pix) são as que mais recebem recursos

4. Quais órgãos mais executaram emendas?

O predomínio da área da saúde também faz com que o Ministério comandado por Nísia Trindade seja a pasta que mais executou verbas de emendas parlamentares no ano passado. A lista abaixo traz os vinte órgãos que mais executaram emendas parlamentares

5. Qual região do País mais recebeu emendas?

Em termos absolutos, a Região Nordeste foi a que mais recebeu emendas parlamentares em 2024, com R\$ 16,1 bilhões - o que equivale a 36,3% do total. Em seguida vem o Sudeste, com 25%. O Centro-Oeste ficou com o menor montante.

Estes dados levam em conta apenas o montante

destinado aos governos estaduais e às prefeituras - o que representa cerca de 85% do total. Os 15% restantes são aplicados por meio de doações de ministérios ou da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)

6. Quais Estados mais receberam?

São Paulo recebeu o maior montante em termos absolutos, com R\$ 3,7 bilhões. A correlação muda quando se leva em conta o valor/habitante: Roraima foi o Estado com mais emendas por morador (R\$ 1.069,06/pessoa)

7. Quanto representa cada tipo de emenda?

De todos os tipos de emenda, as individuais são as que têm o maior peso, representando 54,9% do total. As emendas individuais têm valor igual para todos os congressistas de cada Casa: em 2024 foram R\$ 69,6 milhões para cada senador e R\$ 37,8 milhões para cada deputado federal. Emendas de comissão representaram 26,3% do total em 2024, e emendas de bancada, 18,8%

8. Quanto cada comissão controla?

A Comissão de Saúde da Câmara é de longe a que indicou o maior valor em 2024: R\$ 5,8 bilhões, quase metade de todo o montante

9. Indicações da Câmara e do Senado

Por causa do maior número de deputados e da preponderância das comissões da Câmara, a chamada Casa do Povo acabou sendo a responsável pela maioria das indicações no ano passado

10. Prefeituras receberam a maior parte

As prefeituras foram as maiores recebedoras de emendas no ano passado, seja diretamente ou por meio de fundos municipais. Em seguida vêm os governos dos Estados, que geralmente recebem emendas de bancada. Só depois surgem outros tipos de pessoas jurídicas, como ONGs e empresas privadas - neste último caso, trata-se de verba destinada para a compra de produtos, geralmente máquinas e veículos

11. Quanto cada partido indicou?

Em relação aos partidos dos autores das emendas, PL e PT lideraram as indicações - os dois possuem as maiores bancadas da Câmara, com 93 e 67 deputados, respectivamente

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Principais ações orçamentárias

RUBRICAS DO ORÇAMENTO QUE MAIS RECEBERAM EMENDAS DE TODOS OS TIPOS EM 2024. VALORES EMPENHADOS NO ANO

EM MILHÕES DE REAIS

INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS	11.923
INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS	10.450
TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS (EMENDAS PIX)	7.682
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	1.969
FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	1.515
ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	1.384
APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIÁRIA	865
APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	805
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	800
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	719
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE AMADOR, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL	698
IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE	590
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE	556
APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE AMADOR, EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER	524
REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	291
FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	248
PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	248
REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	194
FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	164
APOIO À INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	141

FONTES: SIGA BRASIL E IBGE
INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Quanto cada área recebeu

VALOR DE EMENDAS DESTINADO A CADA FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2024. VALORES EMPENHADOS

EM MILHÕES DE REAIS

TOTAL GERAL ► **44.970**

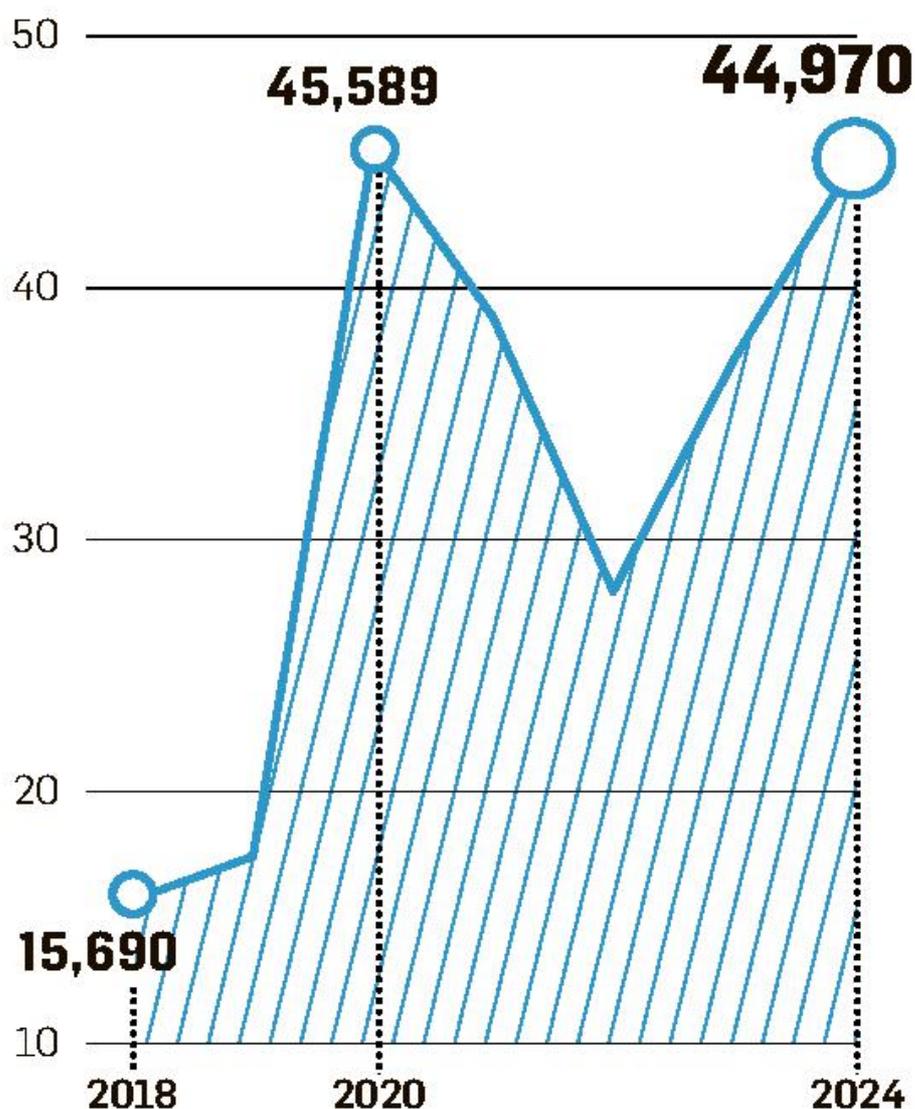


*98% SÃO EMENDAS PIX

Emendas parlamentares

VALORES EMPENHADOS EM EMENDAS DE TODOS OS TIPOS. OS ANOS ANTERIORES A 2024 FORAM CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO (IPCA)

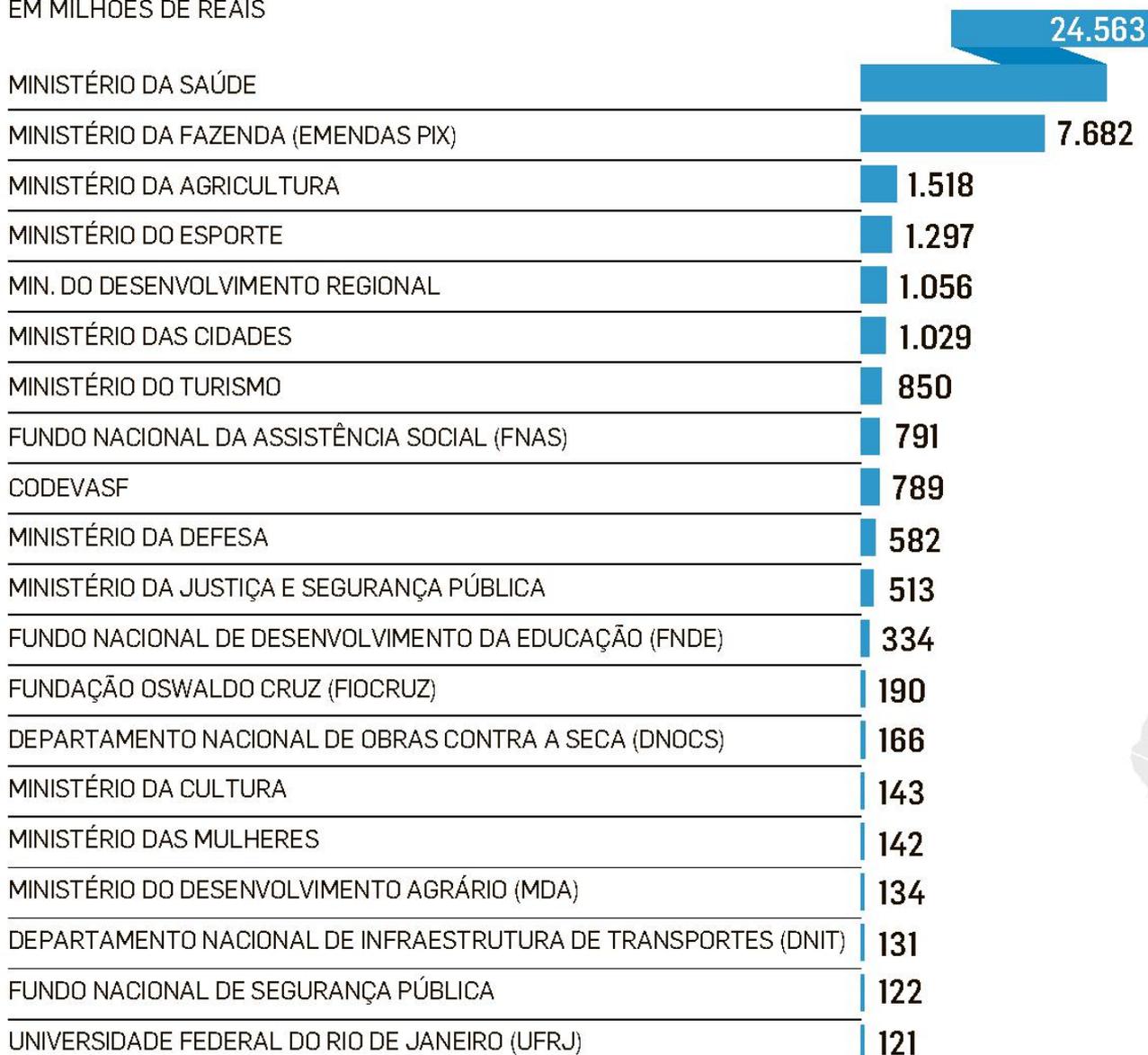
EM BILHÕES DE REAIS



Quais órgãos executaram os recursos

VALORES EMPENHADOS EM 2024, POR ÓRGÃO. INCLUI
TODOS OS TIPOS DE EMENDAS

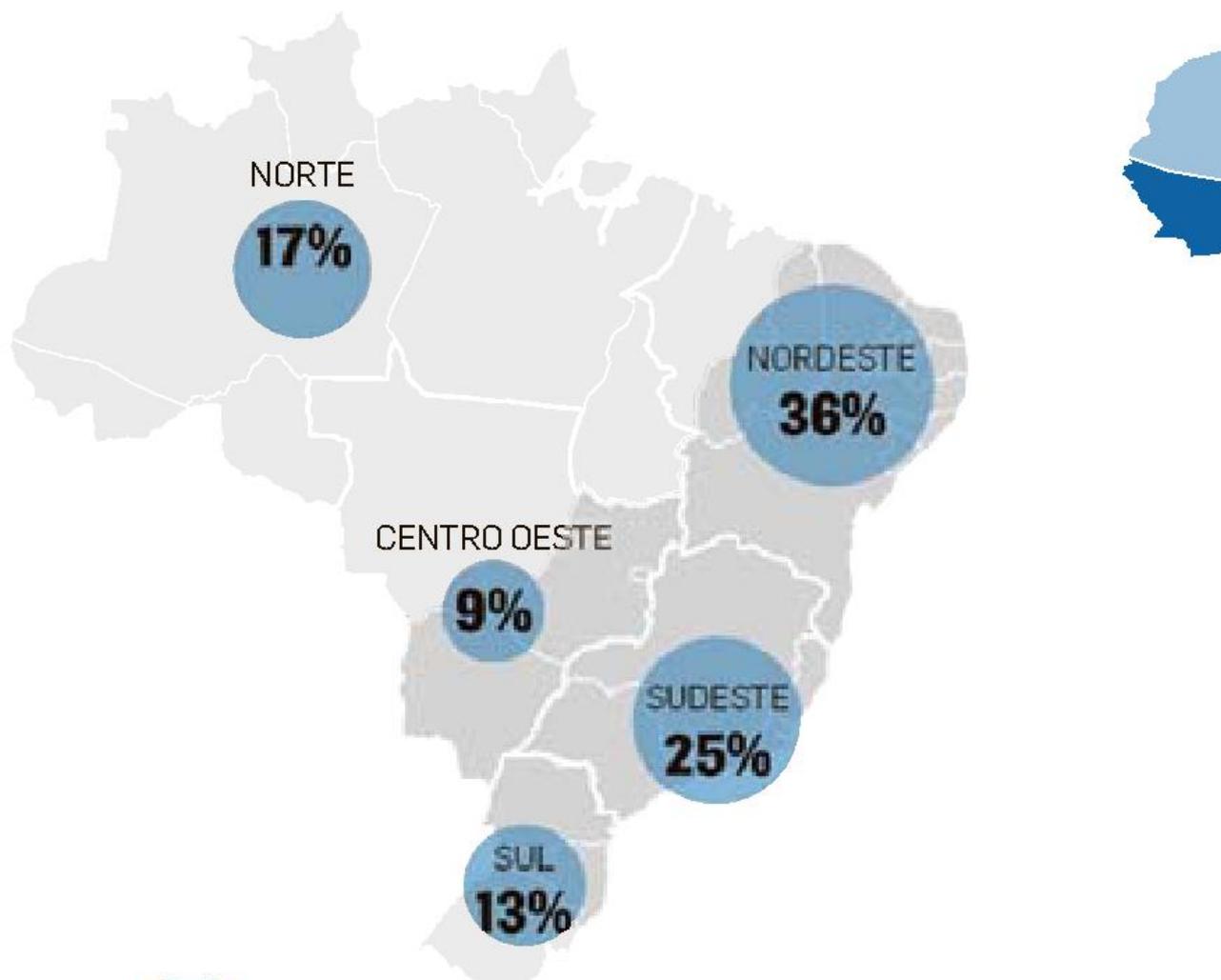
EM MILHÕES DE REAIS



Emendas para cada região do País

EMENDAS EMPENHADAS EM 2024, EM PORCENTUAL DO TOTAL. CONSIDERA APENAS RECURSOS PARA GOVERNOS ESTADUAIS E PREFEITURAS, QUE SOMAM 85% DO TOTAL

EM PORCENTAGEM DO TOTAL

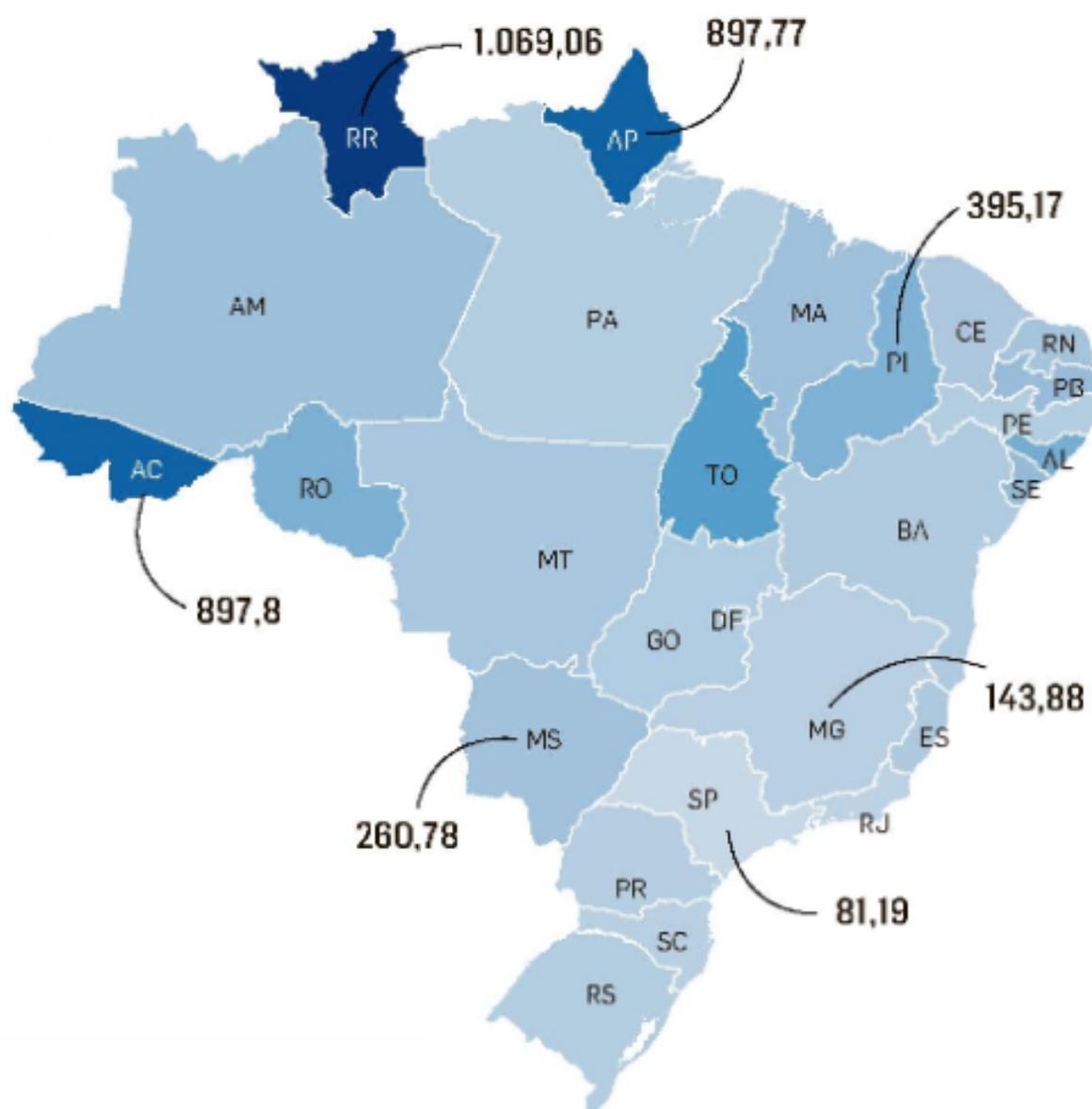


Para onde o Congresso mandou o dinheiro

QUANTO CADA ESTADO RECEBEU EM EMENDAS POR HABITANTE. VALOR SE REFERE ÀS EMENDAS EMPENHADAS E INCLUI SOMENTE VALORES DESTINADOS A PREFEITURAS E GOVERNOS ESTADUAIS, QUE SOMAM 85% DO TOTAL

PER CAPITA, EM REAIS

R\$ 81,19 R\$ 1.069,06



Emendas individuais tiveram maior volume em 2024

VALOR EMPENHADO EM 2024, POR TIPO DE EMENDA

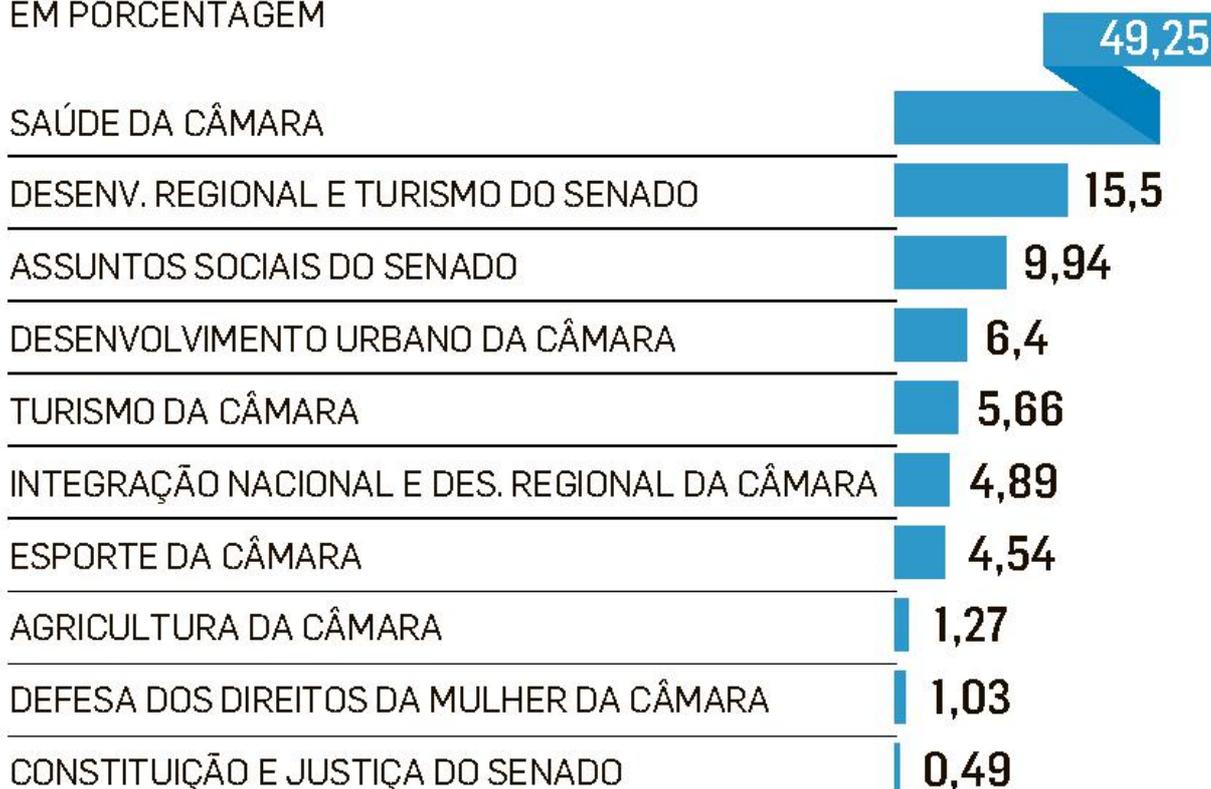
EM MILHÕES DE REAIS



Quanto cada comissão indicou

EM PORCENTUAL DO TOTAL DAS EMENDAS DE COMISSÃO,
QUE SOMARAM R\$ 11,8 BILHÕES EMPENHADOS EM 2024

EM PORCENTAGEM



Quem indicou

VALORES EMPENHADOS EM 2024, POR TIPO DE AUTOR DA INDICAÇÃO. EMENDAS DE BANCADAS ESTADUAIS SÃO FEITAS EM CONJUNTO POR DEPUTADOS E SENADORES

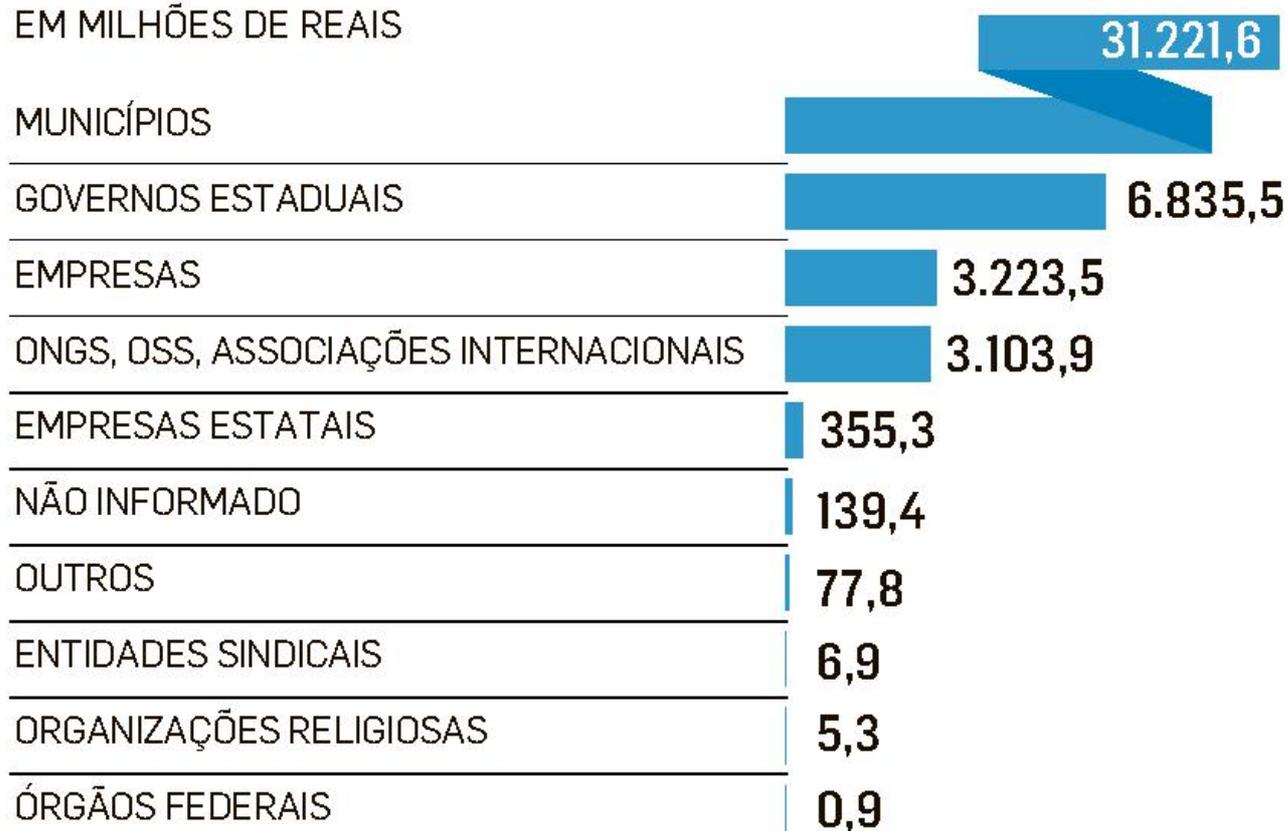
EM MILHÕES DE REAIS

DEPUTADOS FEDERAIS	19.132,3
COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	8.693,1
BANCADA ESTADUAL (CÂMARA E SENADO)	8.476,5
SENADORES	5.555,9
COMISSÃO DO SENADO FEDERAL	3.098,3
COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO	14,0

Quem recebeu o dinheiro

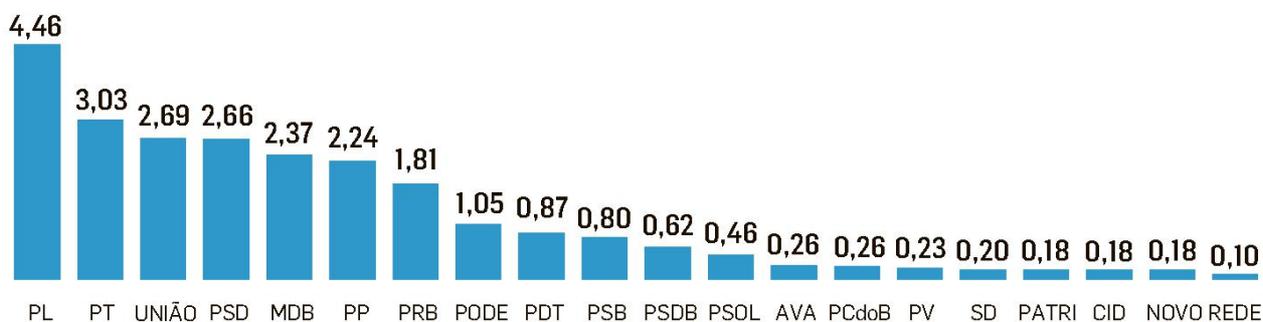
RECURSOS EMPENHADOS EM 2024, DE TODOS OS TIPOS DE EMENDAS

EM MILHÕES DE REAIS



Indicações por legenda

VALOR EMPENHADO EM 2024, EM EMENDAS INDIVIDUAIS DE DEPUTADOS E SENADORES.
NÃO INCLUI EMENDAS DE COMISSÃO E DE BANCADAS ESTADUAIS
EM BILHÕES DE REAIS



Dólar recua 7,7% desde pico de 2024 e pode aliviar inflação

Após disparar em dezembro, a taxa de câmbio vem caindo dia após dia desde o início de 2025, o que poderá trazer um alívio para a **inflação**. Ontem, o dólar encerrou o pregão em queda de 0,13%, a R\$ 5,785, um recuo acumulado de 7,7% desde 18 de dezembro, quando atingiu a máxima histórica, de R\$ 6,267, impulsionado tanto pelas perspectivas com a volta de Donald Trump à Casa Branca quanto pelas desconfiças em relação ao desequilíbrio das contas dogoverno no Brasil.

No Ministério da Fazenda, interlocutores acreditam que as projeções atuais sobre o comportamento dos preços ainda estão muito poluídas pela disparada do dólar no fim de 2024. Os níveis atingidos nos últimos dias estão parecidos com os do fim de novembro, antes do anúncio, pelo governo, de medidas para conter os gastos públicos, que foram consideradas insuficientes por analistas e investidores.

A alta do dólar pressiona os preços de produtos importados ou de bens que usam componentes vindos de fora. Matérias-primas produzidas aqui, mas comercializadas globalmente na divisa americana, também ficam mais caras. Tudo isso fez a disparada do câmbio de dezembro acender mais um sinal de alerta para a **inflação**.

A equipe econômica ainda não fechou as projeções oficiais para este ano, mas avalia que a **inflação** deve fechar ao redor do teto da meta -que é de 4,5%, considerando o alvo de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Um aliado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirma que é difícil antecipar o comportamento do câmbio, até porque o movimento da moeda normalmente é determinado pelos ventos da economia global, atualmente bastante afetados pelas declarações de Trump. Esse interlocutor concorda com o ministro na visão de que os fundamentos da economia brasileira apontam para um câmbio mais próximo de R\$ 5,70 no longo prazo.

Haddad tem repetido que a redução do dólar e a previsão de safra recorde de grãos este ano devem diminuir a pressão sobre os preços de alimentos. A expectativa na pasta é que a **inflação** dos alimentos fique mais perto de 5% este ano, ou até menos. Em 2024, houve alta de 7,69% do grupo Alimentação e

Bebidas no IPCA, incluindo um aumento de 8,23% nos produtos da alimentação em domicílio.

FREADANAEECONOMIA

Outro vetor importante para o alívio da **inflação** em 2025, na visão da Fazenda, deve ser a desaceleração da economia. Há confiança de que a Selic (a taxa básica de juros, hoje em 13,25% ao ano) elevada fará o seu papel para esfriar o crescimento

"Com o juro alto, safra boa e câmbio mais depreciado, a gente consegue repetir 2024"

André Braz, coordenador dos índices de Preços da FGV

"Toda vez que Trump assopra, mas não morde, aí melhora"

Luiz Roberto Cunha,

professor da PUC-Rio

econômico, que deverá ficar entre 2% e 2,5% este ano, contra 3,6% em 2024.

Para economistas ouvidos pelo GLOBO, não está claro ainda se o alívio recente nas cotações do dólar será suficiente para melhorar o quadro geral da dinâmica de preços. Será preciso aguardar os próximos dados para compreender a magnitude da perda de fôlego do crescimento da economia. Há ainda o desafio de calibrar a "variável Trump", que pode mexer com a moeda e, conseqüentemente, com os preços internacionais.

Mais otimista, André Braz, coordenador dos índices de Preços da FGV, avalia que a valorização do real frente ao dólar ajuda a conter a **inflação**, que deve fechar o ano em torno de 4,8% ou 5%, um patamar próximo ao observado em 2024:

-Com o juro alto do jeito que está (o que desaquece a economia), safra boa e câmbio mais depreciado, agente consegue repetir 2024. Não vejo um cenário tão caótico como 6% (de **inflação**).

Apesar do otimismo, Braz não acredita que a conjuntura mais favorável permitirá que o Banco

Central (BC) deixe de subir os juros nas próximas reuniões, levando a Selic para algo como 15%.

Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-Rio, concorda que o atual patamar dos juros deverá desacelerar a economia. Mantidas as variáveis de juros em alta, economia perdendo força e dólar sem grande volatilidade, Cunha também não espera que o câmbio faça tanto peso sobre a **inflação**. No entanto, isso não significará que os preços deixarão de causar certo desconforto ao consumidor, alerta o professor:

- Você pode ter uma **inflação** parada, mas os preços continuam altos. Os preços não voltaram para baixo.

RISCO EXTERNO

Cunha avalia que o cenário internacional é hoje o principal fator de risco para o dólar, com destaque para a política econômica dos EUA. O professor lembra que Trump emite sinais mistos, que podem afetar os preços tanto para cima quanto para baixo.

De um lado, o presidente americano deverá forçar uma atuação sobre o setor de energia, para ajudar a reduzir os preços do petróleo e, conseqüentemente, da gasolina. Caso os preços do petróleo baixem, o impacto sobre o Brasil e a **inflação** do combustível será positivo.

Por outro lado, as perspectivas de imposição de tarifas para insumos produzidos fora dos EUA podem afetar outros preços e bagunçar o jogo internacional.

-É difícil saber o que vai ser o setor externo. Toda vez que Trump assopra, mas não morde, aí melhora (o dólar).

Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados, atribui a queda recente do dólar à decisão de Trump de direcionar suas políticas comerciais contra países vizinhos mais vulneráveis, em vez de adotar uma postura mais agressiva em relação à China - embora tenha anunciado medidas, mais leves, contra os chineses.

Também ajudaram o câmbio recentemente algumas notícias de curto prazo sobre as contas públicas, como a venda de reservas internacionais em dezembro, o que resultou na redução da dívida pública, e o de-

sempenho do resultado entre receitas e despesas.

No entanto, assim como Cunha, Vale considera que o conjunto de políticas econômicas de Donald Trump deverá manter uma pressão sobre o câmbio. Por isso, o economista considera mais provável o câmbio se manter ao redor de R\$ 6 nos próximos meses. A

dúvida que paira agora é se a desaceleração da economia que já aparece em alguns indicadores será suficiente para levar a **inflação** de volta à meta.

ACELERAÇÃO SURPRESA

A prévia da **inflação** de janeiro mostrou uma aceleração surpreendente nos preços de serviços e bens comercializáveis, o que fez a Tendências Consultoria elevar a projeção de **inflação** de 2025 de 4,7% para 5,5%. A despeito de uma perda de fôlego no ritmo da economia, os preços ao consumidor ainda não dão trégua e desafiam a tarefa de segurar a **inflação**.

- Tem vários pontos que ainda apontam uma certa cautela, como a dinâmica no mercado de crédito e o próprio mercado de trabalho, que ainda tem uma resiliência grande, apesar da desaceleração. Avaliamos ser muito cedo para comprar esse cenário de dólar mais tranquilo - diz Alessandra Ribeiro, sócia da consultoria.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Diferente', política parafiscal de Lula 3 avança e preocupa

Anais Fernandes De São Paulo

A política parafiscal do governo Lula 3 está com uma "cara" diferente da observada em gestões anteriores do PT, mas não está ausente. Pelo contrário, caminha para somar 1% do **PIB**, segundo analistas. Se, por um lado, isso pode contribuir para um pouso mais suave da economia, por outro, o receio é que o governo recorra cada vez mais a essas medidas, obstruindo canais de transmissão da política monetária para a desaceleração da atividade e a consequente convergência da **inflação** à meta.

Operações parafiscais (em geral, gastos) não transitam pelo Orçamento público, portanto, não têm efeito direto no resultado primário do governo (receitas menos despesas, exceto gastos com juros), mas que, ainda assim, podem implicar impulso à atividade, aumento da dívida pública e, eventualmente, algum custo primário ao governo - por exemplo, na forma de subsídios implícitos.

"É um conjunto de medidas que somam por volta de 0,5% do **PIB** e que já estão acontecendo, entre uso de fundos, políticas feitas e os próprios bancos públicos, mas que caminham para 1% do **PIB** até 2026", diz Ítalo Franca, economista do Santander. "Isso vai ser importante na desaceleração da economia, para manter algum ritmo, mas o grande risco é ter um aumento mais substancial. A gente precisa ver desaceleração da atividade. Por isso o parafiscal tem chamado atenção, porque, ainda que em um patamar menor do que no passado, é um ponto de risco", diz.

O Itaú Unibanco estima que, até o momento, o governo cogita implementar ou já implementou RS 127 bilhões (ou 1% do **PIB**) em iniciativas parafiscais, entre "criatividade contábil", aumento do balanço dos bancos públicos e execução de despesas tipicamente primárias por fora do Orçamento. São medidas que "contribuem para a perda de credibilidade das regras fiscais e do arcabouço proposto pelo governo por reduzirem a transparência e impositividade da regra fiscal", escrevem os economistas Thales Guimarães e Pedro Schneider em relatório.

Entre iniciativas contábeis, eles citam a contabilização de receitas que não representam esforço fiscal como receitas primárias, como no caso do saque de fundos e apropriação pelo Tesouro Nacional de recursos

privados não sacados, somando R\$ 40 bilhões (0,3% do **PIB**) entre 2023 e 2024. Segundo os economistas, isso distorce o primário, tornando o resultado apurado pelo Tesouro maior que o do Banco Central e gerando diferença entre o "primário efetivo" e aquele que é base para a meta do arcabouço.

Uma segunda frente é a execução de políticas públicas que seriam despesas primárias por fora do orçamento, via fundos, estatais ou redução de receitas, somando, até o momento, RS 33 bilhões (0,2% do **PIB**), segundo o Itaú. No geral, essas medidas distorcem o resultado primário, mas, principalmente, o teto de gastos do arcabouço, já que despesas deixam de ser contabilizadas nas contas.

As principais medidas nesse sentido envolvem o programa Pé-de-Meia, que oferece ajuda financeira para alunos seguirem estudando, o fundo de reconstrução do Rio Grande do Sul, implementado no apagar das luzes de 2024, e a cogitada expansão do Vale-Gás.

No caso do Pé-de-Meia, o Tesouro capitalizou um fundo em 2023 por fora do limite de despesas e fundos transferiram recursos a esse fundo, cujos desembolsos não são contabilizados no primário. A manobra é questionada no Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu ontem com o relator do caso, ministro Augusto Nardes, e tem dito que, para 2026, o orçamento já está preparado para acomodar o programa.

Para o Vale-Gás, a ideia era a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) repassar receitas de petróleo para a Caixa Econômica Federal, banco público que executará o subsídio, sem passar pelo Orçamento. "Todas essas despesas, apesar de tipicamente primárias, não estão devidamente consideradas no Orçamento público e contabilizadas nas estatísticas públicas no momento em que são executadas", afirmam Guimarães e Schneider.

Só o uso dos fundos públicos por fora do Orçamento já somaria em torno de 1% do **PIB**, segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos. "É um parafiscal diferente do que estamos acostumados, mas que estão usando cada vez mais. Muita gente minimiza dizendo que os fundos já

existiam. Mas esses fundos usarem recursos para tocar projetos por fora do Orçamento é novidade", afirma.

Em outra frente parafiscal, o Itaú destaca o uso do BNDES. Não mais via aportes diretos do Tesouro para fomentar uma política de "campeões nacionais", como no passado, mas com ações de capitalização e aportes via desvinculação de superávits de fundos, emissões externas e créditos extraordinários não contabilizados no Orçamento. Os passivos do banco, dizem, foram de 6,7% do PIB ao fim de 2023 para 7% do PIB em setembro de 2024, último dado disponível. Segundo eles, esse aumento decorre, em parte, de repasses de fundos.

Após reformulação em 2023, o Tesouro emite "green bonds" para o Fundo Clima, por exemplo, que usa o BNDES como agente financeiro dos projetos. Leis de 2024 transferiram o superávit do Fundo Social, que era receita primária passada, para o BNDES financiar empresas gaúchas, sem passar pelo Orçamento, e autorizaram repasse anual do Fundo Aviação Civil (FNAC) para o BNDES emprestar empresas aéreas.

Essas medidas aumentam o potencial do BNDES emprestar sem, no geral, afetar contas de despesa e de primário, aponta o Itaú. Na semana passada, Lula disse que o governo federal anunciaria "nos próximos dias" novas medidas para ampliar a atuação dos bancos públicos, sem dar mais detalhes.

O Itaú espera desaceleração do impulso fiscal à atividade via transferências governamentais em 2025, para 0,3 ponto percentual (p.p) do PIB, mas aceleração do impulso via BNDES, para 0,6 p.p., o que, segundo os economistas, mantém uma contribuição significativa para o crescimento do ano.

As consultas ao BNDES crescem em ritmo forte neste ano e sobre uma base já mais elevada, nota Leal de Barros, da ARX. No acumulado de 12 meses até setembro de 2024, as consultas sobem 31%, segundo seu acompanhamento. Até setembro de 2023, primeiro ano da atual gestão de Lula, já tinham aumentado 77%. Em 2022, ainda sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), as consultas subiram 4% no período. "A consulta é relevante porque é uma espécie de indicador antecedente. Se a consulta é forte, em algum momento pode virar desembolso", diz Leal de Barros.

Ele acompanha também quanto das consultas ao BNDES viram aprovação e quanto dessas aprovações acabam em desembolsos. "O fluxo [de consultas] está grande, e o BNDES não consegue, de uma hora para a outra, aumentar tanto aprovação e desembolso. Quando esse fluxo está grande, esses coeficientes caem. É o que está acontecendo agora. Eles estão no

ponto baixo da série, mas devemos ver uma recuperação, ao menos para a média histórica. Isso é um vetor parafiscal", afirma Leal de Barros.

O governo Lula e a chefia do BNDES têm dito que a intenção é retornar o tamanho do banco à média histórica de 2% do PIB. "Não dá para dizer que isso é muito, porque é a média. Mas, como o ponto de partida é baixo - chegou a ser 0,7% do PIB no governo Bolsonaro -, tem uma reaceleração. Para efeito de demanda, o que importa, no fundo, é o fluxo. Se está em 1,1% do PIB, já está sendo estímulo adicional à demanda", diz Leal de Barros. "Ir para 2% é um compromisso 'no fio do bigode'", afirma.

Outros canais parafiscais são menos óbvios, mas também contribuem para alimentar a demanda. Leal de Barros diz, por exemplo, que a renegociação de dívida de Estados e municípios a juro zero vai liberar despesa financeira dos entes para virar primária. "Com o dinheiro que eles pagariam juros da dívida, vão poder fazer investimento. De novo, é pressão de demanda."

Dos R\$ 127 bilhões estimados em iniciativas parafiscais gerais, Guimarães e Schneider, do Itaú, notam que apenas RS 14 bilhões (0,1% do PIB) já se concretizaram em impulso à atividade econômica. "Caso forem se concretizando, tendem a dificultar e aumentar o desafio da política monetária para o desaquecimento da economia para patamares próximos ao de seu potencial e mais consistentes com a convergência da inflação na direção da meta", afirmam.

"Ainda que em patamar menor do que no passado, é um ponto de risco" Ítalo Franca

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=1§ion=1>

Fora do orçamento

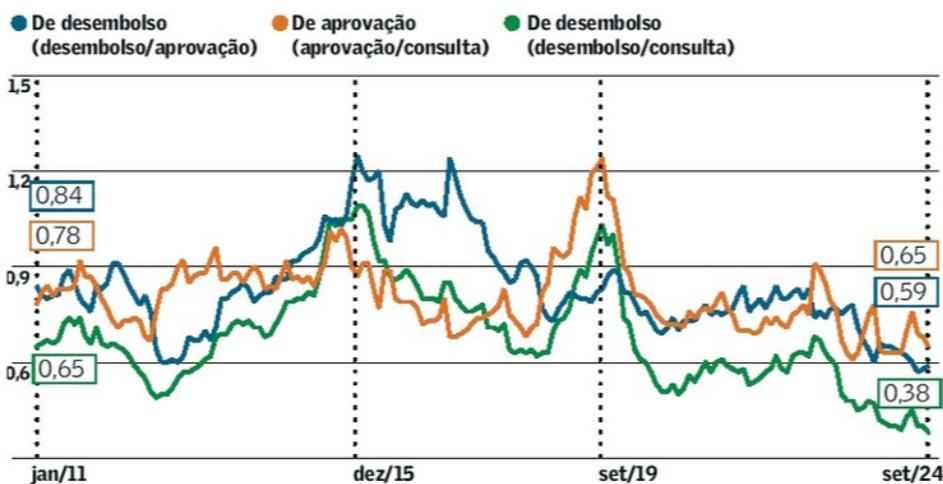
Medidas para-fiscais do governo Lula 3

Iniciativas para-fiscais do governo implementadas ou cogitadas - em R\$ bi



Indicadores do BNDES - acumulados em 12 meses

Coefficientes



Crescimento real (em %)



Fontes: Itaú Unibanco e ARX Investimentos

Cenário deve pesar ainda mais na inflação de 2025

Anais Fernandes De São Paulo

A deterioração recente das perspectivas fiscais para o Brasil deve custar ao menos 1 ponto percentual (p.p) à **inflação** em 2025 e 0,50 p.p. em 2026, após já ter adicionado 0,7 p.p. ao índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024. As estimativas são da ARX Investimentos, que calculou os "custos" do estresse doméstico no câmbio para a **inflação**.

Não fosse o choque doméstico de câmbio, o IPCA em 2024 poderia ter sido de 4,1%, e não 4,8%, estima a ARX-abaixo do teto de tolerância de 4,5% da meta de 3%.

Além disso, como o pico do efeito do câmbio se dá em 2025, a projeção da ARX para o IPCA neste ano, de 5,9% já incorporando o choque, poderia ficar mais próxima de 5%. "As estimativas conversam com a compreensão de um ano mais desafiador na dinâmica inflacionária", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX na carta de gestora deste mês.

No exercício, a ARX separou o choque cambial idiossincrático, isto é, particular do Brasil, do choque externo. Ao longo de 2024, alguns eventos de fora fortaleceram o dólar globalmente, reconhece a ARX, como a postura mais dura da política monetária nos EUA e a campanha do agora presidente americano, Donald Trump.

No modelo da ARX, grosso modo, sempre que o desempenho do real descola de seus pares e isso não é causado por mudanças no diferencial de juros entre Brasil e EUA, esse choque é considerado idiossincrático. Não é uma estimação perfeita, admite a ARX, mas uma aproximação "adequada" para os estresses domésticos.

A ARX observou que cerca de 40% da desvalorização do real ante o dólar em 2024 esteve associada a choques externos. É uma parcela relevante, mas Leal observa que a deterioração foi predominantemente doméstica e tem relação com os eventos fiscais.

A desvalorização cambial e a desancoragem das expectativas, ambas ligadas às desconfianças sobre a trajetória da dívida, criam **inflação**. "O filme fiscal do país, que era de suspense, evoluiu para um drama ainda sem um final feliz à vista", diz Leal.

O Bradesco diz que a trajetória para a dívida é o principal fator determinante do seu cenário macroeconômico para o país. O banco elevou sua projeção de IPCA em 2025 para 5,7%, de 4,9%, e em 2026 para 3,4%, de 3%. A Terra Investimentos levou suas projeções para IPCA para 5,6% em 2025 e 5,4% em 2026, de 5,1 % e 4,9%, respectivamente. O C6 Bank aumentou as suas para 5,9%, de 5,7%, tanto neste quanto no próximo ano.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188114?page=1§ion=1>